LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº 05/2019
PROTOCOLO Nº 729/2019

O MUNICÍPIO DE ANTA GORDA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 87.261.509/0001-76, com sede na Rua Padre Herminio Catelli, 659, neste município, na pessoa da Prefeita Municipal em Exercício, Sra. Madalena Gehlen Zanchin, no uso das suas atribuições e em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 237/97, Resolução CONSEMA Nº 372/2018, Leis Municipais Nº 1.314/2002 e 2.095/2014, e com base no Parecer Técnico conjunto Nº 02/2019 do Departamento Municipal de Meio Ambiente e da Empresa Aquafлот Ambiental Ltda, expede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO, que autoriza a:

I - Identificação:

EMPREENDEDOR:	MUNICÍPIO DE ANTA GORDA
CPF / CNPJ:	87.261.509/0001-76
ENDEREÇO:	Rua Padre Herminio Catelli, Nº 659, Centro, Anta Gorda, RS.
ATIVIDADE:	LAVRA DE SAIBRO, A CÉU ABERTO, E COM RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA
RAMO DE ATIVIDADE:	530,10
LOCALIZAÇÃO:	Linha Doutor Carlos Barbosa, Próximo ao Parque de Eventos, Anta Gorda, RS, sob as coordenadas geográficas - 28°58'19,63" / -52°01'20,62"
ÁREA LICENCIADA	1,98 hectares
POLIGONAL ÚTIL	1,98 hectares
POLIGONAL AMBIENTAL	3,32 hectares
POLIGONAL DE EXTRAÇÃO	1,72 hectares
POLIGONAL ANM	2,68 hectares

II – Condições e restrições

1. Quanto ao empreendimento:

- 1.1 Esta licença refere-se a atividade de extração de saibro, sendo que o material extraído não poderá ser comercializado, devendo somente ser utilizado em obras públicas;
- 1.2 Esta licença só terá validade com a obtenção da autorização do Registro junto a ANM;

- 1.3 A área minerada deverá ser protegida do acesso de pessoas não vinculadas a atividade;
- 1.4 Promover a separação e o depósito do solo vegetal em local adequado, para utilização na remediação da área degradada;
- 1.5 Não poderá haver lançamento de estéreis e rejeitos sobre as encostas vegetadas, cursos d'água e APP's (Áreas de Preservação Permanente);
- 1.6 É vedada a mineração/lavra fora da poligonal de extração, fora das áreas licenciadas pela ANM e/ou sem a devida Licença de Operação;
- 1.7 O descumprimento de qualquer item desta licença caracteriza crime ambiental, ficando o empreendedor sujeito às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis;
- 1.8 A equipe da frente de lavra deve usar obrigatoriamente os equipamentos de segurança básicos, conforme legislação vigente;
- 1.9 A área do empreendimento deverá ser protegida do acesso de pessoas estranhas, objetivando evitar utilização indiscriminada por terceiros. Portanto, deverá manter em perfeitas condições as placas de sinalização com os seguintes dizeres: 1ª) “área de mineração – proibido acesso de pessoas não autorizadas”; 2ª) “proibido depósito de lixo”;
- 1.10 A área de lavra deverá dispor de recipientes para resíduos os quais devem ser destinados corretamente de acordo com o tipo de material;

2 Quanto a delimitação da área:

- 2.1 Manter delimitada as áreas de preservação permanente por meio de marcos de madeira pintados nas cores branca e vermelha;
- 2.2 Delimitar com marcos fixos a poligonal de extração de acordo com a Resolução Consema 347/2017.
- 2.3 Providenciar a colocação de uma placa de licenciamento referindo o tipo de atividade, propriedade, CNPJ, número e validade da licença de operação.

3. Quanto à documentação:

- 3.1 Deverá manter tanto a LO, o registro na ANM, bem como cópia do PCA/RCA no local da atividade mineraria, e a equipe deverá estar informada quanto a adequada implementação das “condições e restrições” da presente licença;
- 3.2 Anualmente, até o dia 15 de abril, apresentar ao Departamento de Meio Ambiente, cópia do RAL – Relatório Anual de Lavra;
- 3.3 Apresentar relatórios anuais ao órgão ambiental, sempre até o dia 15 de abril, informando, com todos os detalhes necessários, todas as medidas de recuperação ambiental implantadas no período com as ARTs dos responsáveis técnicos;

3.4 Deverá manter técnico legalmente habilitado, com a emissão de ART de cargo e função junto ao Conselho de Classe, para a atividade de lavra a céu aberto, conforme Decreto-Lei N° 227, de 28 de fevereiro de 1967, Art. 47° VI, e item 22.2 na NR22.

4. Quanto às questões biológicas:

4.1 O empreendedor deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecidos pela Lei Federal 11.428/2006 e Decreto Federal 6.660/2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;

4.2 Deverá conservar as formações vegetais em torno dos cursos d'água, conforme Código Florestal – Lei Federal N° 12.651/2012;

4.3 Esta licença não autoriza a supressão de qualquer exemplar da flora nativa existente na área do empreendimento. A autorização para manejo da vegetação será emitida em processo administrativo próprio, após a obtenção do Registro na ANM;

4.4 O projeto de recuperação de áreas degradadas deverá ser implantado concomitantemente a atividade minerária;

4.5 A suspensão temporária da atividade minerária não implica na paralisação da implantação das medidas de controle ambiental previstas no Plano de Controle Ambiental;

4.6 Não poderá ocorrer perdas superiores a 10% de plantio total de revegetação para recuperação de área degradada e de reposição florestal obrigatória;

4.7 A área de reposição florestal obrigatória deverá ser protegida do acesso de pessoas estranhas, objetivando evitar utilização indiscriminada por terceiros;

5. Quanto a lavra

5.1 As bancadas deverão ter altura máxima de 5 metros, bermas mínimas de 5 metros de largura, com uma leve inclinação da superfície para o interior da berma, entre 5 a 10 graus. A inclinação dos taludes finais será de 60°.

5.2 As rampas de acesso devem ter largura mínima igual à largura de dois caminhões que efetuem o transporte de saibro nas jazidas.

5.3 O desenvolvimento da lavra deverá ser dar de acordo com o estabelecido no PCA apresentado e o capataz da obra deverá ter pleno conhecimento do projeto apresentado neste licenciamento.

5.5 Os funcionários deverão portar os EPI's (Equipamentos de Segurança Individuais) referidos no respectivo PPRA da prefeitura municipal de Anta Gorda, conforme a função exercida.

5.6 Para o tráfego em áreas urbanas, os caminhões carregados com saibro deverão estar com a capacidade adequada da caçamba, bem como enlonados. Para trajetos pequenos e em áreas

rurais, não há necessidade de enlonar os caminhões, apenas respeitar a carga, ficando a pilha de material, totalmente contida na caçamba, sem haver perdas durante o caminho.

6. Quanto aos efluentes líquidos:

6.1 A drenagem da área de extração, incluindo as áreas de decapeamento, deve ser disciplinada para que as águas superficiais sejam direcionadas para a bacia de sedimentação;

6.2 Não é permitido o acúmulo de água superficial nas cavas;

7. Quanto às emissões atmosféricas:

7.1 Implantar um programa para o controle de poeiras oriundas da operação e do trânsito de veículos, dentro da área minerada (tráfego, no máximo, a 20 (vinte) km/h) e fora, utilizando a aspersão de água

de caminhão-pipa, sempre que for necessário;

8. Quanto ao local de manutenção dos veículos:

8.1 As atividades de oficina e manutenção de veículos, maquinário e equipamentos, somente poderão ser realizadas em local devidamente licenciado pelo órgão ambiental;

9. Quanto a intervenção em APP:

9.1 Fica autorizada a intervenção em área de preservação permanente, em área aproximada de 250m², para implantação de um pontilhão para acesso a saibreira I;

9.2 O pontilhão não poderá ter largura superior a 6 metros;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias (Art. 18 – Resolução CONAMA 237/97) da expiração de seu prazo de validade, sendo que o empreendedor deverá apresentar:

1. Requerimento, solicitando a renovação da Licença de Operação;
2. Licença municipal em vigor;
3. Registro da ANM em vigor;
4. Formulário de “Extração Mineral” devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens, preenchido conforme termo de referência disponível na home page www.antagorda.rs.gov.br);

5. Plano de controle ambiental (PCA) e Relatório de controle ambiental (RCA), atualizado em todos os seus itens, preenchido e atualizado em todos os seus itens, conforme termo de referência disponível na home page www.antagorda.rs.gov.br;
6. Levantamento planialtimétrico atualizado, informando todos os elementos referentes à área;
7. Plano de Lavra detalhado com o memorial descritivo;
8. Cronograma atualizado para as atividades de lavra e as medidas de controle ambiental a serem desenvolvidas no período de vigência da renovação da presente Licença;
9. Relatório operacional das atividades licenciadas e das medidas de controle ambiental implantadas, contemplando o relatório fotográfico comprobatório de cada etapa, no último ano de operação, indicação em um cronograma todas as atividades de controle ambiental e manutenção das medidas já implantadas;
10. ART dos responsáveis técnicos como sendo de cargo e função;
11. Deverá comprovar o cumprimento de todas as condicionantes da presente Licença de Operação;

O documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam a realidade. A licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais. A licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização. O documento licenciatório será válido nas condições acima, pelo período de 04 (quatro) anos.

Anta Gorda, 26 de Março de 2019.

CELSO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

VANESSA MARTA DAMETTO LAZZARI
Licenciadora Ambiental
CRBio 45.157-03/D